

AGV Solar VII Geradora de Energia S.A.

Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023

## Índice

Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações contábeis ..... 1

### **Demonstrações contábeis auditadas**

Balanços patrimoniais ..... 3

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido ..... 6

Demonstrações dos fluxos de caixa ..... 7

Notas explicativas às demonstrações contábeis ..... 8



**Building a better  
working world**

São Paulo Corporate Towers  
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909  
6º ao 10º andar - Vila Nova Conceição  
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000  
ey.com.br

## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis**

Aos Acionistas e Administradores da  
**AGV Solar VII Geradora de Energia S.A.**  
São Paulo – SP

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da AGV Solar VII Geradora de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis**

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são



Building a better  
working world

consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de junho de 2024

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S/S Ltda.  
CRC SP-034519/O

Adilvo França Junior  
Contador CRC- 1BA021419/O

## AGV SOLAR VII GERADORA DE ENERGIA S.A.

### BALANÇOS PATRIMONIAIS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Notas	2023	2022		Notas	2023	2022
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>				<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	50	1	Fornecedores	6	16.613	-
Outros ativos	4	2.095	-	Imposto de renda e contribuição social a pagar		460	-
<b>TOTAL ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>2.145</b>	<b>1</b>	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		21	-
				Outros tributos a pagar		659	-
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>				<b>TOTAL PASSIVO CIRCULANTE</b>			
Imobilizado, líquido	5	127.316	-			<b>17.753</b>	<b>-</b>
Intangível, líquido		198	-	<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>			
<b>TOTAL ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>127.514</b>	<b>-</b>	Outras obrigações		798	-
				<b>TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>798</b>	<b>-</b>
				<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
				Capital social subscrito e integralizado		114.336	6
				Prejuízos acumulados		-	(5)
				Reserva de lucros		1.095	-
				Outros resultados abrangentes		(4.323)	-
				<b>TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	7	<b>111.108</b>	<b>1</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>129.659</b>	<b>1</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>129.659</b>	<b>1</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**AGV SOLAR VII GERADORA DE ENERGIA S.A.****DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS**  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	<b>Notas</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Gerais e administrativas		(25)	(4)
Outras receitas (despesas) operacionais	<b>8</b>	1.900	-
<b>TOTAL DAS DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS</b>		<b>1.875</b>	<b>(4)</b>
Receitas financeiras		160	-
Despesas financeiras		(375)	(1)
<b>TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>9</b>	<b>(215)</b>	<b>(1)</b>
<b>RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO</b>		<b>1.660</b>	<b>(5)</b>
Imposto de renda e Contribuição social corrente		(539)	-
<b>TOTAL DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO</b>		<b>(539)</b>	<b>-</b>
<b>LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>1.121</b>	<b>(5)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**AGV SOLAR VII GERADORA DE ENERGIA S.A.**

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	<b>2023</b>	<b>2022</b>
<b>LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	1.121	(5)
Outros resultados abrangentes	(4.323)	-
<b>TOTAL DOS RESULTADOS ABRANGENTES, LÍQUIDO DE IMPOSTOS</b>	<b>(3.202)</b>	<b>(5)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

---

**AGV SOLAR VII GERADORA DE ENERGIA S.A.**

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

Descrição	Notas	Reserva de lucros				Outros resultados abrangentes	Lucros (prejuízos) acumulados	Total do Patrimônio Líquido
		Capital Social Subscrito e integralizado	Reserva legal	Reserva de investimento				
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>		-	-	-	-	-	-	
Integralização de capital		6	-	-	-	-	6	
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(5)	(5)	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	7	<b>6</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(5)</b>	<b>1</b>	
Aumento de capital		114.330	-	-	-	-	114.330	
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	1.121	1.121	
Outros resultados abrangentes		-	-	-	(4.323)	-	(4.323)	
Constituição de reserva legal		-	56	-	-	(56)	-	
Constituição de reserva de investimentos		-	-	1.039	-	(1.039)	-	
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(21)	(21)	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	7	<b>114.336</b>	<b>56</b>	<b>1.039</b>	<b>(4.323)</b>	<b>-</b>	<b>111.108</b>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

## AGV SOLAR VII GERADORA DE ENERGIA S.A.

### DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Notas	2023	2022
<b>Atividades operacionais</b>			
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		1.121	(5)
<b>Ajustes para conciliar o prejuízo líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais</b>			
Variação monetária e cambial		(4.323)	-
		<b>(3.202)</b>	<b>(5)</b>
<b>Variação de ativos e passivos operacionais</b>			
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(80)	-
<b>Caixa líquido aplicado (gerado) nas atividades operacionais</b>			
		<b>13.233</b>	<b>(5)</b>
<b>Atividades de investimentos</b>			
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	5	(127.514)	-
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>			
		<b>(127.514)</b>	<b>-</b>
<b>Atividades de financiamentos:</b>			
Aumento de capital	4	114.330	6
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos</b>			
		<b>114.330</b>	<b>6</b>
<b>Aumento de caixa e equivalentes de caixa</b>			
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		49	1
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa		1	-
		<b>50</b>	<b>1</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## 1 INFORMAÇÕES GERAIS

---

A AGV Solar VII Geradora de Energia S.A. é uma sociedade por ações de capital fechado constituída em 15 de setembro de 2021, e tem por objeto social o propósito específico de gerar e comercializar energia solar por meio de painéis fotovoltaicos do projeto Água Vermelha VII, incluindo sua implementação e montagem. A Companhia é diretamente controlada pela AES Brasil Operações S.A. e indiretamente pela *The AES Corporation* (sediada nos Estados Unidos da América).

Sua sede fica localizada na cidade de Ouroeste, estado de São Paulo, Rodovia Percy Waldir Semeghini (SP 543), Fazenda São José, s/n, lote 07, Zona Sul, Distrito de Arabá, CEP 15685-000.

## 2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

---

Em 26 de junho de 2024, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das presentes demonstrações contábeis, submetendo-as nesta data à aprovação dos Acionistas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

### 2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

### 2.2 Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2023, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e, apesar de apresentar capital circulante líquido negativo nas demonstrações contábeis no montante de R\$15.608, está convencida de que suas operações terão fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo, pois caso o caixa não seja suficiente para honrar seus compromissos, a Companhia dependerá de aporte de recursos por parte de seu acionista. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Esta afirmação é baseada nas expectativas da Administração em relação ao futuro da Companhia, sendo consistentes com o seu plano de negócios. A Companhia prepara no início de cada exercício, Planos de Negócios Anual e Quinquenal, que compreendem os orçamentos anuais e plurianuais, todos os planos de investimento de capital, os planos estratégicos e os programas de manutenção das instalações da Companhia. Os planos são acompanhados durante o exercício pelos órgãos de governança da Companhia, podendo sofrer alterações.

### 2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis individuais foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

### 2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais, a Companhia faz o uso de julgamentos e estimativas com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores

das receitas, despesas, ativos e passivos. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. As premissas adotadas pela Companhia são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios.

## 2.5 Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 31 de dezembro de 2023

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos contábeis ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes e, quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). A aplicação de tais alterações quando aplicáveis, e que resultaram em alterações materiais para as políticas contábeis adotadas pela Companhia foram apresentadas nas respectivas notas explicativas.

## 2.6 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2023

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não vigentes até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, foram avaliadas e, até o momento, não foi identificado a possibilidade de ocorrência de impactos significativos para essas normas e interpretações novas e alteradas. A Companhia pretende adotá-las, se aplicável, quando entrarem em vigor.

## 3 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e equivalentes de caixa estão classificados como custo amortizado, reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, pelos juros calculados com base no método de taxa de juros efetiva.

	2023	2022
Numerário disponível	50	1
<b>Total</b>	<b>50</b>	<b>1</b>

## 4 OUTROS ATIVOS

	2023	2022
<b>Circulante</b>		
Multas por atrasos (i)	2.095	-
<b>Total</b>	<b>2.095</b>	<b>-</b>

- (i) Referem-se a multas por atraso no cronograma de entrega prevista no contrato de fornecimento de equipamentos para a construção de parque solar.

## 5 IMOBILIZADO

A Companhia utiliza os critérios definidos pelo Órgão Regulador (ANEEL) na determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado, sendo que, no julgamento da Administração, tais vidas úteis refletem, significativamente, a vida útil econômica dos ativos.

Os bens do ativo imobilizado foram inicialmente mensurados a custo na data de aquisição, e são deduzidos das respectivas depreciações nas mensurações subsequentes.

A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas determinadas pelo Órgão Regulador (ANEEL), que na avaliação da administração, representa a vida útil econômica dos bens, limitando-se ao período de autorização.

Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, essas partes são reconhecidas como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de

reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando é vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado pelo seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido em “Outras receitas e despesas operacionais” na demonstração do resultado.

A provisão para desmantelamento de ativos refere-se aos custos e despesas a serem incorridos, assim como a obrigação que a Companhia deverá liquidar, no futuro, para retirada de serviço dos seus ativos de longo prazo dos Complexos eólicos. A mensuração inicial é reconhecida como um passivo descontado a valor presente e, posteriormente, através do acréscimo de despesas financeiras ao longo do tempo. O custo de desativação de ativos equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado durante o período de vida útil do ativo.

**(a) A composição do ativo imobilizado é a seguinte:**

	2023		2022
	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Imobilizado em curso (i)	127.316	-	127.316
<b>Bens vinculados às concessão e autorizações</b>	<b>127.316</b>	<b>-</b>	<b>127.316</b>
<b>Total Imobilizado</b>	<b>127.316</b>	<b>-</b>	<b>127.316</b>

- (i) O saldo de imobilizado em curso é composto, principalmente, pela construção do parque solar em algumas de suas unidades geradoras. Esses ativos serão classificados como imobilizado em serviço assim que entrarem em operação.

**(b) Movimentação do ativo imobilizado**

A movimentação do ativo imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é como segue:

	Saldos em 31 de dezembro de 2022	Adições	Saldos em 31 de dezembro de 2023
Imobilizado em curso	-	127.316	127.316
<b>Bens vinculados às concessão e autorizações</b>	<b>-</b>	<b>127.316</b>	<b>127.316</b>
<b>Total Imobilizado</b>	<b>-</b>	<b>127.316</b>	<b>127.316</b>

A Companhia revisa, no mínimo, anualmente, a existência de eventos ou mudanças que possam indicar deterioração no valor recuperável dos ativos não circulantes ou de longa duração. O valor recuperável é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não identificou indicativos de perda do valor recuperável de seu ativo imobilizado.

## 6 FORNECEDORES

	2023	2022
Materiais e Serviços (i)	16.613	-
<b>Subtotal</b>	<b>16.613</b>	<b>-</b>

- (i) O saldo do exercício refere-se, principalmente, à serviços de engenharia, projetos e instalação relativos a construção do parque solar.

## 7 CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 114.336 (R\$6 em 31 de dezembro de 2022), composto por 114.335.900 (5.900 em 31 de dezembro de 2022) ações ordinárias nominativas, não conversíveis em outras formas e sem valor nominal.

### Aumento de capital

Em 31 de março de 2023, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária (AGE) para disciplinar sobre matéria da proposta de aumento de capital no montante de R\$5.005, mediante a emissão de 5.005.000 ações ordinárias nominativas, não conversíveis em outras formas e sem valor nominal. A matéria foi aprovada por unanimidade decorridos os ritos processuais determinados na Lei nº 6.404/1976, art.174

Em 30 de setembro de 2023, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária (AGE) para disciplinar sobre matéria da proposta de aumento de capital no montante de R\$20.475, mediante a emissão de 20.475.000 ações ordinárias nominativas, não conversíveis em outras formas e sem valor nominal. A matéria foi aprovada por unanimidade decorridos os ritos processuais determinados na Lei nº 6.404/1976, art.174

Em 31 de dezembro de 2023, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária (AGE) para disciplinar sobre matéria da proposta de aumento de capital no montante de R\$88.850, mediante a emissão de 88.850.000 ações ordinárias nominativas, não conversíveis em outras formas e sem valor nominal. A matéria foi aprovada por unanimidade decorridos os ritos processuais determinados na Lei nº 6.404/1976, art.174

### 7.1 Reserva de lucros

A Companhia constitui reserva de lucros apropriando a destinação de reserva legal de 5% do lucro do exercício, sendo o total da reserva, limitado à 20% do capital social da Companhia, de acordo com os dispositivos e limites estabelecidos em lei. Em 31 de dezembro de 2023 constituiu uma reserva de R\$56.

Para atender a projeto de investimento, a Companhia poderá reter parte dos lucros do exercício, conforme disciplinado pelo art. 196 da Lei no 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2023, de acordo com a legislação, constituiu uma reserva de R\$1.039.

### 7.2 Destinação dos resultados

O estatuto social da Companhia estabelece a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 2% do lucro líquido ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2023, foi constituído dividendos mínimos de R\$21. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários e/ou intercalares.

## 8 OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

	2023	2022
Multas por atraso (i)	2.095	-
Outras despesas operacionais	(195)	-
<b>Total</b>	<b>1.900</b>	<b>-</b>

(i) Referem-se a multas por atraso no cronograma de entrega prevista no contrato de fornecimento de equipamentos para a construção de parque solar.

## 9 RESULTADO FINANCEIRO

	2023	2022
<b>Receitas Financeiras</b>		
Rendimento de aplicações financeiras	168	-
PIS e COFINS sobre receita financeira	(8)	-
<b>Total</b>	<b>160</b>	<b>-</b>
<b>Despesas Financeiras</b>		
Variações cambiais	(373)	-
Outras despesas financeiras	(2)	(1)
<b>Total</b>	<b>(375)</b>	<b>(1)</b>
<b>Total líquido</b>	<b>(215)</b>	<b>(1)</b>

## 10 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

### 10.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses), referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar, análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue.

	Notas	2023		2022		Categoria
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
<b>ATIVO (circulante e não circulante)</b>						
Caixa e equivalentes de caixa (numerário disponível)	3	50	50	1	1	Custo amortizado
<b>Total</b>		<b>50</b>	<b>50</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	
<b>PASSIVO (circulante e não circulante)</b>						
Fornecedores	6	16.613	16.613	-	-	Custo amortizado
Dividendos a pagar		21	21	-	-	Custo amortizado
<b>Total</b>		<b>16.634</b>	<b>16.634</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	

### 10.2 Gerenciamento de riscos

A Companhia está exposta principalmente a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, além de riscos adicionais descritos nesta nota explicativa. A ocorrência de qualquer um dos riscos abaixo poderá afetar adversamente a Companhia, podendo causar um efeito em suas operações, sua condição financeira ou em seus resultados operacionais. A estrutura de gerenciamento de riscos, assim como os principais fatores de riscos estão descritos a seguir:

**(a) Riscos resultantes de instrumentos financeiros**

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

**(b.1) Risco de crédito**

Consiste no risco de a Companhia incorrer em perdas devido a uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

**Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo**

Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer perda destes valores.

A Companhia atua de modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, centralizando as suas transações apenas em instituições de primeira linha e estabelecendo limites de concentração, seguindo suas políticas internas quanto à avaliação dos investimentos em relação ao patrimônio líquido das instituições financeiras e aos respectivos ratings das principais agências.

A Companhia utiliza a classificação das agências Fitch Ratings (Fitch), Moody's ou Standard & Poor's (S&P) para identificar os bancos elegíveis de composição da carteira de investimentos. Quaisquer instituições financeiras que apresentem, em pelo menos uma das agências de risco, rating inferior ao estabelecido (AA-), em escala nacional em moeda local, não poderão fazer parte da carteira de investimentos.

Quanto aos valores de exposição máxima por instituições financeiras, vale o mais restritivo dos seguintes critérios definidos pela Companhia: (i) Critério de Caixa: Aplicações de no máximo 20% (Patrimônio Líquido (PL) da instituição financeira inferior a R\$5.000.000) e até 25% (PL superior a R\$5.000.000) do total da carteira por instituição financeira. (ii) Critério de Patrimônio Líquido da Companhia: Aplicações de no máximo 20% de seu PL por instituição financeira; e (iii) Critério de PL da instituição financeira recebedora de recursos: Cada instituição financeira poderá receber recursos de no máximo 3% (PL inferior a R\$4.000.000) até 5% (PL superior ou igual a R\$5.000.000 e inferior a R\$8.000.000) de seu PL ou até 7% (PL superior ou igual a R\$ 8.000.000), considerando o total de investimentos do Grupo AES Brasil. Vale o mais restritivo dos critérios i, ii e iii.

A exposição máxima ao risco do crédito na data base de 31 de dezembro de 2023 e 2022 é a seguinte:

	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	50	1
<b>Total</b>	<b>50</b>	<b>1</b>

**(b.2) Risco de liquidez**

O risco de liquidez acontece com a dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados, (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez; (iv) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge exclusivamente para mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições.

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia. As informações refletidas na tabela incluem os fluxos de caixa de principal e juros.

	Menos de 3 meses	Total em 31 de dezembro de 2023	Total em 31 de dezembro de 2022
Fornecedores	16.613	16.613	-
Dividendos a pagar	21	21	-
<b>Total</b>	<b>16.634</b>	<b>16.634</b>	<b>-</b>

**(c) Outros riscos considerados relevantes**

**(c.1) Risco socioambiental**

A instalação e operação de empreendimentos voltados à geração de energia elétrica utilizam e/ou interferem em recursos naturais e podem causar impactos ambientais. Portanto, as atividades da Companhia estão sujeitas a diversas leis e regulamentos ambientais que estabelecem padrões de qualidade e de proteção ambiental que devem ser respeitados e que, se violados, podem sujeitar os infratores às sanções administrativas, cíveis e criminais, além da obrigação de reparação de danos ambientais.

As diretrizes ambientais adotadas pelas sociedades pertencentes ao Grupo econômico da Companhia, baseiam-se, entre outros, no princípio de prevenção, na responsabilidade social e no cumprimento da legislação ambiental aplicável ao setor em que atuam. O gerenciamento ambiental de todas as atividades das empresas do Grupo AES no Brasil é realizado com foco na proteção ao meio ambiente, na prevenção à poluição, atendimento à legislação e melhoria contínua de seus processos, inclusive por meio da sua Política de Sustentabilidade, considerando de forma equilibrada aspectos econômicos, ambientais e sociais.

**(c.2) Risco em renováveis não-hídricas**

**Constrained-off de usinas solares**

O *constrained-off* de usinas pode ser definido como a restrição de geração demandada pelo operador centralizado com relação à programação devido às limitações da rede de transmissão ou requisitos de reservas operacionais. Nessas situações, o gerador encontra-se impedido de atender seus contratos ou outros compromissos por meio da geração de suas próprias unidades geradoras. Essa frustração da geração caracteriza o custo de oportunidade atrelado ao *constrained-off* de usinas.

Em 22 de março de 2021, foi publicada a Resolução nº 927/2021, que estabelece procedimentos e critérios para apuração e pagamento de restrição de operação por *constrained-off* de usinas eólicas. Para isso, o ONS avaliará os eventos de restrição de operação por *constrained-off* que forem motivados por indisponibilidade das instalações de transmissão classificadas como Rede Básica e Demais Instalações de Transmissão – DITs no âmbito da Distribuição.

Considerando o Despacho nº 2303/2019, de 20 de agosto de 2019, a ANEEL suspendeu a avaliação pela CCEE dos eventos de *constrained-off* para o ACR até que houvesse regulamentação. As regras serão aplicadas somente para pedidos de reconhecimento de *constrained-off* protocolados na ANEEL cuja apuração foi suspensa pelo Despacho ANEEL nº 2303/2019. Tais eventos são limitados ao CCEAR e CER, não incluindo eventos do ACL.

Ainda, o reconhecimento de eventos motivados por indisponibilidade nas instalações de Distribuição, exceto para DIT, não está previsto.

Assim, para eventos do passado, ocorridos até setembro de 2021, nos termos da Resolução nº 927/2021, os ressarcimentos devem ser avaliados e recontabilizados de acordo com a regra posta na nova regulamentação em consonância ao que se aplicava no passado (precedentes), ou seja, deverão ser ressarcidas todas as restrições elétricas no limite dos contratos de comercialização. Para o ACL, processos

administrativos serão julgados caso a caso, visto que a referida Resolução não aprovou o ressarcimento generalizado.

No que se refere ao futuro, eventos ocorridos após setembro de 2021, os ressarcimentos serão devidos após extrapolada uma franquia de horas anuais de energia restringida, que será definida anualmente, tendo sido 78, 58 e 61 em 2021, 2022 e 2023, respectivamente. As classificações sobre restrições no ONS foram alteradas, sendo algumas elegíveis com franquia, outras sem e outras não elegíveis. Sobre essa regra há ainda pontos que devem ser detalhados em regras e procedimentos da CCEE e ONS, respectivamente.

Em outubro de 2021, por meio do Despacho nº 3.080/2021, a ANEEL aprovou a Regra de Comercialização que estabelece o cálculo da energia não fornecida decorrente de *constrained-off* de usinas eólicas, referente ao período referido acima como passado. Considerando que a Regra aprovada foi de encontro com o entendimento, principalmente de que fossem consideradas as restrições energéticas para apuração do *constrained-off*, a Associação Brasileira de Energia Eólica (ABEEólica) protocolou na ANEEL recurso administrativo requerendo:

- a) Reconhecimento de restrições energéticas;
- b) Não limitação do reconhecimento no atendimento dos contratos de energia de reserva;
- c) Reconhecimento da energia do PROINFA como energia do ACR para que haja direito de ressarcimento.

Até que se avalie o recurso, as regras podem ser aplicadas, recontabilizando a energia restringida por *constrained-off*.

Apesar da publicação do despacho, em função de correções e adaptações sistêmicas, a CCEE divulgou o comunicado (CO 970/22), apenas em 23/12/2022, informando cronograma de processamento dos ressarcimentos para usinas eólicas e também para os solares. Quando o regramento final para ambas as fontes for finalizado, aprovado e implantado, poderá haver novos reprocessamentos.

Assim como no caso das eólicas, a regulação da ANEEL limita o pagamento da compensação aos geradores às situações classificadas como "Razão de indisponibilidade externa". O gerador assume o risco até um limite temporal regulatório em que o evento é considerado ordinário. Essa "franquia" é atualmente de 30h e 30 min por ano.

Esta regra passará a valer de forma definitiva a partir de março de 2024 e espera-se uma demora no processamento e efeitos econômicos e financeiros devido a necessidade de aprovação das regras de comercialização que detalham o processo operacional realizado pela CCEE.

### **Lastro de Energia de Reserva para usinas eólicas e solares**

Em 15 de dezembro de 2020, foi publicada a Resolução Normativa ANEEL nº 909/2020, que, ao aprovar novas Regras de Comercialização de Energia Elétrica, introduziu, entre outras providências, a "Penalidade por Insuficiência de Lastro de Energia de Reserva". Nesta condição, o caderno de Regras "Penalidade de Energia de Reserva" foi alterado a fim de contemplar a aplicação de penalidade para usinas eólicas e fotovoltaicas vencedoras de leilões de energia de reserva em caso de insuficiência de lastro de energia para cumprimento de seus contratos. Tal penalidade passará a ser calculada a partir de janeiro de 2022, sendo que os efeitos financeiros devem ser percebidos a partir de julho de 2022.

A Companhia, juntamente com outros agentes do setor e em nome da ABEEOLICA e ABSOLAR, contratou um parecer jurídico-regulatório a fim argumentar que a decisão da ANEEL quanto a aplicação de penalidade por insuficiência de lastro não deve ocorrer para as usinas eólicas e fotovoltaicas, alegando principalmente que a Lei 10.848/2004 não impõe a obrigação de constituição de lastro de Energia de Reserva, pois sua função é garantir o fornecimento de energia elétrica.

## 11 EVENTOS SUBSEQUENTES

---

Em 15 de maio de 2024, a controladora indireta AES Brasil Energia S.A. ("AES Brasil") comunicou ao mercado a celebração, após aprovação de seu Conselho de Administração, juntamente com a AES Holdings Brasil Ltda., a AES Holdings Brasil II Ltda., a Auren Energia S.A. ("Auren") e a ARN Holding Energia S.A., o Acordo de Combinação de Negócios e Outras Avenças por meio do qual, entre outras matérias, regularam a combinação de negócios entre a AES Brasil e a Auren, a ser realizada por meio de reorganização societária que, ao final, resultará na conversão da AES Brasil em subsidiária integral da Auren e a unificação das bases acionárias da AES Brasil e da Auren.

A conclusão da Operação está sujeita à obtenção das autorizações aplicáveis, incluindo a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, bem como à ratificação da celebração do Acordo pelo conselho de administração da AES Brasil.